

PROCESSO - A. I. Nº 206856.0902/10-7
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - SCALA MADEIREIRA LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 5ª JJF nº 0224-05/11
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 21/09/2012

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0253-11/12

EMENTA: ICMS. LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. ICMS LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Exigência parcialmente subsistente após dedução de valores recolhidos através de Denúncia Espontânea. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto contra a Decisão da 5ª Junta de Julgamento Fiscal (Acórdão JJF nº 0224-05/11), que julgou Procedente em Parte a presente autuação, através da qual foram atribuídas ao sujeito passivo duas irregularidades distintas, sendo objeto da irresignação apenas a infração 1, a seguir descrita:

INFRAÇÃO 1 – Deixou de recolher o ICMS, no valor de R\$ 56.314,01, nos meses de janeiro, fevereiro, março (setembro), outubro, novembro e dezembro de 2006, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.

A Junta de Julgamento Fiscal, na Decisão submetida à revisão desta Câmara de Julgamento Fiscal, dirimiu a lide administrativa posta à sua apreciação da seguinte forma:

“No mérito, quanto à infração 1, o autuado comprova o recolhimento de parte dos valores exigidos, através de Denúncia Espontânea, às fls. 89 e 95 dos autos, relativo às competências de: janeiro/06, no valor de R\$ 26.828,70; fevereiro/06, no valor de R\$ 10.012,43; novembro/06, no valor de R\$ 8.762,49 e dezembro/06, no valor de R\$ 7.602,40, os quais não foram considerados no levantamento fiscal de fl. 6 dos autos, fato este reconhecido pelo autuante, quando da sua informação fiscal.

Da análise dos valores exigidos na infração 01, cuja irregularidade se fundamenta no demonstrativo de fl. 06 dos autos, verifico que o lançamento consignado no Auto de Infração com data de ocorrência de 30/03/2006, na verdade trata-se de 30/09/2006, consoante se pode observar à fl. 6 e 9 dos autos.

Também observo que, conforme observação do autuante, à fl. 100 dos autos, o recolhimento de R\$ 658,84, constante à fl. 95, já havia sido deduzido no mês de setembro/06, conforme se pode constatar no Demonstrativo do ICMS Lançado e Não Recolhido, à fl. 06 dos autos.

Diante de tais considerações, remanesce o valor de R\$ 3.107,99 para a infração 01, conforme a seguir:

DATA		ICMS	ICMS	ICMS	ICMS
Ocorrência	Vencmtº	LANÇADO AI	RECOLHIDO D.E.	APURADO	DEVIDO
30/01/06	09/02/06	26.828,52	26.828,70	(0,18)	(0,18)
28/02/06	09/03/06	10.012,45	10.012,43	0,02	(0,16)
30/09/06	09/10/06	624,13	-	624,13	623,97
31/10/06	09/11/06	1.941,82	-	1.941,82	1.941,82
30/11/06	09/12/06	8.750,60	8.762,49	(11,89)	(11,89)
31/12/06	09/01/07	8.156,49	7.602,40	554,09	542,20
TOTAIS:		56.314,01	53.206,02	3.107,99	3.107,99

Em atendimento ao art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, o órgão julgador de primeira instância recorreu de Ofício a uma das Câmaras de Julgamento Fiscal.

VOTO

O presente Recurso de Ofício não merece provimento, pois, consoante comprovado pelo sujeito

passivo e reconhecido pelo próprio autuante, a parte desonerada da infração 1 refere-se a imposto recolhido antes mesmo de iniciada a ação fiscal, por conduto de denúncia espontânea, que, segundo estabelece o art. 138, do CTN, enseja o afastamento da responsabilidade tributária, desde que acompanhada do pagamento do tributo devido e dos acessórios legais, como ocorreu na espécie.

Assim, a redução do valor inicialmente lançado está em consonância com a lei.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206856.0902/10-7**, lavrado contra **SCALA MADEIREIRA LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$10.907,77**, acrescido das multas de 50% sobre R\$3.107,99 e 60% sobre R\$7.799,78, previstas no art. 42, incisos I, “a” e II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de agosto de 2012.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

FABIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS